

HUMBERTO DE CAMPOS E A TRADUÇÃO DE IDEIAS FRANCESAS NA COLUNA “VIDA LITERÁRIA”, DO *CORREIO DA MANHÃ*

HUMBERTO DE CAMPOS AND THE TRANSLATION OF FRENCH IDEAS IN THE
COLUMN "LITERARY LIFE", FROM *CORREIO DA MANHÃ* (MORNING MAIL)

Daniel Castello Branco Ciarlini¹¹⁶

RESUMO: Analisam-se aqui o ponto de vista crítico de Humberto de Campos como parte da história do contato de autores brasileiros com a literatura mundial e a repercussão dessas leituras em seus julgamentos – uma “tomada de consciência” acerca das letras brasileiras. Como objeto de análise, trabalha-se o conjunto dos dez primeiros textos de “Vida literária”, coluna assinada pelo autor no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, entre os dias 30 de agosto e 25 de outubro de 1928, em que se depreende a importância da tradução de ideias francesas em seus discursos, contribuição esta para a formação do gosto e da estética no Brasil daquele ano. Dialogam com o objeto as bases teóricas dos seguintes autores: Candido, Casanova, Even-Zohar, Fischer, Moretti, Mukarovsky e Schwartz, que de alguma maneira discutem a formação de uma literatura universal a partir da inter-relação das literaturas nacionais, e cujo enfoque é a atuação do crítico e das traduções (o tradutor) como agentes de câmbio no mercado dos bens literários, segundo tese de Paul Valéry.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Mundial; Humberto de Campos; Tradução; França.

ABSTRACT: We seek to analyze the view of Humberto de Campos as a part of history from the contact of Brazilian authors with world literature and the repercussions of these readings. It is the focus of the first ten texts of “Literary Life”, a column penned by the author in the periodical *Correio da Manhã* from Rio de Janeiro, between the 30th of August and the 25th of October in 1928, in which the importance of the translation of French ideas to the creation of Brazilian aesthetic and style from that year can be understood. It is discussed with the theoretical bases from the following authors: Candido, Casanova, Even-Zohar, Moretti, Mukarovsky and Schwartz, which in some way discuss the development of a universal literature arising from the interrelations of national literature tradition, whose focus is the performance of the translators agents of market exchange of literary goods.

KEYWORDS: World Literature; Humberto de Campos; Translation; France.

¹¹⁶ Doutorando em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Piauí – Brasil. Professor Assistente da Universidade Estadual do Piauí – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2512-8436>. E-mail: danielcastellobranco@hotmail.com

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escrita de uma história que dê conta da “pluralidade do tempo social” (BRAUDEL, 2011, p. 89) é um desafio. Como método que a contemple, o historiador tem que dispor do tempo curto e do tempo longo, sabendo que aquele, em sua perspectiva sincrônica, “é a mais enganadora das durações temporais” (BRAUDEL, 2011, p. 91). Apesar disso, o tempo de curta duração subsidia a percepção dos indivíduos em suas práticas e ideias cotidianas, aponta as vivências de leitura e, conseqüentemente, as correlações dessas experiências com o campo social. Um exemplo vestigial reside no posicionamento crítico levado a lume em periódicos, de cujos julgamentos se depreendem as “rápidas tomadas de consciência” denunciadas nos horizontes de expectativa que os homens de letras deixam entrever ao tratar de uma dada obra ou de um autor em específico – aqui, de sua vida literária, daí o tempo curto ser “aquele cuja medida é a dos indivíduos, a da vida cotidiana, a de nossas ilusões” (BRAUDEL, 2011, p. 91). Esse engano a respeito do tempo de curta duração é explicado por Pasquale Casanova (2002, p. 24):

[...] cada autor, mesmo o mais dominado, ou seja, o mais lúcido, apesar de compreender e descrever sua própria posição no universo, ignora o princípio geral e gerador da estrutura que descreve como um caso particular. Preso a um ponto de vista particular, entrevê uma parte da estrutura, mas não o universo literário em sua totalidade. (CASANOVA, 2002, p. 24)

Eis aqui, em linhas gerais, algumas das limitações com que se depara o pesquisador ao lidar com o tempo de curta duração, cujo recorte e enfoque não dão conta do “universo literário em sua totalidade”. Por outro lado, lidar com o tempo de longa duração é “propor-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção do social”, em que a

história se constrói mediante “a soma de todas as histórias possíveis – uma coleção de ofícios, de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã” (BRAUDEL, 2011, p. 98). Braudel acredita que haja entre todas as ciências e histórias certa contaminação cuja circunstância é de falarem a mesma linguagem. Já na concepção de Casanova, tal processo é a síntese de uma “história de rivalidades que têm a literatura como objeto de disputa e que fizeram – com recusas, manifestos, violências, revoluções específicas, desvios, movimentos literários – a literatura mundial” (CASANOVA, 2002, p. 26).

Esse entendimento, porém, não é novo: data pelo menos da primeira metade do século XX, quando Jan Mukarovsky, do Círculo Linguístico de Praga, no ensaio “Obrigações da ciência literária em relação à literatura mundial contemporânea”, aludiu à ideia, aplicada ao universo das literaturas nacionais: “Sempre houve, em verdade, empréstimos de literatura para literatura, às vezes propiciados seja por uma comunidade de ideias, seja por acontecimentos de ordem política” (MUKAROVSKY, 1978, p. 310). Também visto por Casanova a partir de uma dependência estrutural, o “espaço literário mundial constrói-se também por meio das rivalidades internacionais inseparavelmente literárias e políticas”, daí que “as literaturas não são portanto a emanação de uma identidade nacional, elas são construídas na rivalidade (sempre negada) e na luta literárias, sempre internacionais” (2002, p. 55); é o que admite Even-Zohar (1990, p. 8), reconhecendo a tensão existente entre o centro e a periferia: “As tensões entre cultura canonizada e não canonizada são universais. Elas estão presentes em toda cultura humana, simplesmente porque não há sociedade humana não estratificada, nem mesmo na Utopia”.¹¹⁷

¹¹⁷ “Las tensiones entre cultura canonizada y no-canonizada son universales. Están presentes en toda cultura humana, simplemente porque no existe una sociedad humana no estratificada, ni siquiera en Utopía”. As citações de obras em língua estrangeira indicadas nas Referências foram traduzidas pelo autor.

O ensaio de Mukarovsky, no entanto, entende como fenômeno global comum as diferentes manifestações literárias: “assistimos à gênese de uma literatura verdadeiramente universal, que tende de maneira consciente para ideais comuns às diferentes literaturas nacionais” (MUKAROVSKY, 1978, p. 310). O teórico checo via convergência entre as literaturas nacionais, que possibilitava certa permuta literária, propiciada por uma comunidade de ideias, sendo obrigação da ciência literária se ocupar

[...] dos procedimentos artísticos que passam de uma literatura nacional para outra [...] não com o intuito de fornecer provas da sua identidade [...], mas com a finalidade de demonstrar, ao contrário, que o seu sentido e as suas funções devem mudar, para que esses possam novamente servir de instrumentos capazes de transmitir a verdadeira imagem da realidade atual, que se renova em sua essência. (MUKAROVSKY, 1978, p. 313)

Conforme demonstrou Casanova, o mapa intelectual do mundo, inicialmente desenhado no século XVI, foi se ampliando a partir das histórias literárias que se iniciavam nas nações europeias: na Itália do Renascimento, seguida da França, com o seu “primeiro esboço de espaço literário transnacional”, depois Espanha e Inglaterra, a efusão dos movimentos nacionalistas na Europa Central, que “favoreceram a manifestação de novas reivindicações ao direito de existência literária”, e, por fim, América do Norte e Latina, principalmente com a descolonização, fato que irá desencadear em outras ex-colônias o mesmo processo, como as da África e da Índia (2002, p. 25). Esse processo dará origem, por exemplo, aos romances de ditadura, analisados por Franco Moretti (2001) como bifurcações da mesma árvore, metáfora que admite, no campo da historiografia da literatura, a passagem da unidade para a diversidade, aqui no caso o romance e suas diferentes manifestações – ação que, na longa esteira histórica, estaria enquadrada com um olhar de longa duração.

A tese de Casanova é que há mudanças de centro de gravidade no decorrer dos séculos, existindo no centro a República Mundial das Letras com uma periferia formada por regiões que dependem literariamente dela (constituindo o “mercado” e a “cotação”, como demonstra a ideia de “bolsa dos valores literários” de Paul Valéry); também observa isso Even-Zohar:

[...] quando as diferentes nações europeias emergiram gradualmente e criaram suas próprias culturas – cujos veículos mais explícitos eram suas novas literaturas, línguas e histórias oficiais – certas relações entre núcleo e periferia estavam inevitavelmente presentes no processo desde o início.¹¹⁸ (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 17)

Aliás, tal fato, aplicado a uma leitura do entendimento de um autor, pode reconhecer, por intermédio do crítico, como se verá adiante, os centros de gravidade que giram em torno das ideias dos homens de letras de um determinado espaço e recorte histórico. No Brasil da primeira metade do século XX são visivelmente “centro” as ideias e os autores importados da França, em tempos distintos – é o que demonstra a análise dos discursos críticos de Humberto de Campos. Apesar de a atenção neste artigo se voltar para o conjunto dos dez primeiros textos da coluna “Vida literária”, que esse escritor maranhense assinou no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, entre os dias 30 de agosto e 25 de outubro de 1928, não se furtará aqui à leitura de seu *Diário secreto* (1954), que auxilia a compreensão de alguns posicionamentos.

Como formador de opinião e juízo sobre a obra literária desse período, Humberto de Campos acabou demonstrando os rumos que a literatura brasileira tomava naquele ano em relação ao que já se havia produzido nas literaturas de outras nações. Diante disso, a tradução, enquanto atitude crítica,

¹¹⁸ “[...] cuando emergieron gradualmente las distintas naciones europeas y crearon sus propias culturas – cuyos vehículos más explícitos eran sus nuevas literaturas, lenguas e historias oficiales –, ciertas relaciones de centro y periferia estaban inevitablemente presentes en el proceso desde su inicio mismo”.

é a interseção entre os dois tempos aqui discutidos, e assim deve ser lida: do aparato crítico, advindo do tempo de longa duração, ao julgamento de valor que se emite hodiernamente, lançado a partir da régua da tradição, que mensura o olhar metalinguístico sobre os objetos literários, em uma clara tomada de consciência competente ao tempo de curta duração.

Essa relação que toma o estabelecido de outros espaços culturalmente sacralizados é entendida por Antonio Candido como um sintoma da dependência cultural que assolava a classe intelectual brasileira, cuja “penúria cultural fazia os escritores se voltarem necessariamente para os padrões metropolitanos e europeus em geral, formando um agrupamento de certo modo aristocrático em relação ao homem inculto” (CANDIDO, 1987, p. 148).

Estaria Humberto de Campos, nesse caso, a restringir o seu público a uma pequena parcela de homens letrados, capaz de absorver a lógica de trabalhos carregados de intertextos e citações em língua francesa e em latim? A análise da coluna parece não depor contra essa hipótese, o que valida a tese do campo de produção erudita (BOURDIEU, 2009) que o Brasil dispunha de maneira muito específica, ao invés de um sistema literário formado. O fato se torna mais evidente quando avaliados os pontos de dependência cultural e os problemas de analfabetismo que o país enfrentava nas primeiras décadas do século XX, embora o Rio de Janeiro, local de produção e difusão desses textos, representasse o estado com o menor número de analfabetos da federação.

O uso do vernáculo alheio na construção de textos e obras era, na visão de Candido, um sintoma do que denomina “aristocratismo alienador, que no tempo parecia refinamento apreciável” (CANDIDO, 1987, p. 149). Porque preso aos ditames da República Mundial das Letras, a França, – os posicionamentos críticos de Humberto de Campos representam um forte índice disso –, esse *modus operandi* permitiu que o autor, como tradutor de ideias, transformasse as vozes que vinham de fora, distantes histórica, social e/ou culturalmente,

como legitimadoras de seu discurso, “únicas autoridades legítimas em matéria de reconhecimento literário, e encarregadas de legislar literariamente” (CASANOVA, 2002, p. 26).

Montadas sob o signo da comparação e muitas vezes da alusão direta, as críticas da coluna demonstram o que estava em voga entre o pensamento e as experiências de leitura. Além disso, ajudam a contar, embora de maneira abreviada, uma história da chegada de autores estrangeiros, via tradução, ao Brasil, como também a maneira pela qual esses pensamentos importados interferiram no julgamento das produções brasileiras desde o século XIX e no próprio *wolksgeist* brasileiro, como demonstra Casanova acerca dos intelectuais que “‘descobriram-se’ nacionais em Paris, e mais amplamente, na Europa” (2002, p. 50).

Reconhece-se aqui, portanto, a importância da tradução para a formação dos valores literários em um determinado espaço geográfico, afinal, no mercado dos valores literários, é o tradutor (de ideias ou mesmo da língua em si) “o ator central desse universo, não somente como intermediário, mas igualmente como criador de ‘valor’ literário” (CASANOVA, 2002, p. 28); mais ainda: os textos traduzidos “são objetos de estudo essenciais para entender corretamente como e por que as transferências ocorrem, tanto dentro dos sistemas como entre eles”¹¹⁹ (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 18). É por essa razão que Mukarovsky, ao enxergar nesse agente a importante conjuntura para a circulação de obras e de ideias no circuito literário, atribuía que a ciência literária prestaria “um grande serviço à Literatura, *definindo e caracterizando os métodos mais eficazes de incorporação das obras estrangeiras nas literaturas nacionais* (métodos de tradução, de propaganda, etc.)” (1978, p. 313, grifo nosso); não por acaso, conclui Casanova, “por mais insuficiente que seja a tradução, essa atividade

¹¹⁹ “[...] son objetos de estudio indispensables para entender adecuadamente cómo y por qué ocurren las transferencias, dentro de los sistemas tanto como entre ellos”.

continua sendo uma das tarefas mais essenciais e dignas de estima do mercado de intercâmbio mundial universal” (2002, p. 29).

A importância a ser dada à tradução de obras estrangeiras e à sua incorporação ao universo das letras de um país é reconhecida por Luís Augusto Fischer quando, em sua postulação de método para a escrita de uma história da literatura brasileira, entende que:

[...] o material que compõe a literatura de uma nação, qualquer que seja ela, não pode mais ser apenas o conjunto das produções literárias feitas por nativos daquela nação, daquele território; concretamente: os textos traduzidos deveriam também compor uma história de literatura de qualquer nação, ao lado dos textos produzidos pelos nativos. (FISCHER, s/d, p. 28)

À luz da literatura, enquanto constituída “de coisas, de objetos materiais”, como admitia Pierre Bourdieu, entende-se tais objetos como “em primeiro lugar, os textos classificados, registrados e declarados nacionais, os textos literários reconvertidos em história nacional”, que se incorporam, por sua vez, ao capital literário de uma nação. Segundo Casanova “por meio de seu vínculo constitutivo com a língua – sempre nacional porque necessariamente ‘nacionalizada’, isto é, apropriada por instâncias nacionais como símbolos de identidade –, o patrimônio está ligado às instâncias nacionais” (CASANOVA, 2002, p. 53).

Tenta-se, pois, demonstrar a importância para o pensamento nacional dos trabalhos estrangeiros na formulação dos julgamentos e comparações de Humberto de Campos – entendendo o autor não apenas como um leitor de traduções, mas ele mesmo como tradutor de ideias, ao correlacioná-las ao universo dos homens de letras do Brasil e, conseqüentemente, promovendo a formação e o gosto dos leitores.

2. O PROGRAMA DE “VIDA LITERÁRIA”

Tudo indica que Humberto de Campos tenha sido o primeiro articulista de jornal no Brasil a importar a ideia de análise da vida literária – fato depreendido no texto de estreia da coluna e na repercussão que ganhou no decorrer dos anos, por meio de outros críticos brasileiros. O conceito veio dos folhetins de Anatole France no jornal *Le Temps*, autor que estava na ordem das leituras cotidianas do crítico, como demonstra o *Diário secreto* (1954). A escolha do título que deu nome à sua seção era admitida como um diferencial: “Qualquer dos rótulos de seção permanente de crítica, no Rio de Janeiro, assinalou, já, outras seções, em outras literaturas. O inconveniente deste, aqui adotado, consiste apenas, em ter sido usado por um dos maiores nomes do século” (CAMPOS, 1928a, p. 2).

Ao denominar a coluna “Vida literária”, esse escritor experimentava um programa além do objeto literário em si, valendo-se de assuntos que permeavam e interessavam o universo das letras: “Não é apenas o registro mecânico do movimento de livros, que nem sempre contém ideias, nem simplesmente das ideias, que às vezes surgem fora dos livros, mas da atividade, em geral, do pensamento literário” (CAMPOS, 1928a, p. 2). Em suma, propunha-se o crítico a escrever “a crônica da vida de letras, representada pelos livros, pelas ideias, e pelos autores”.

Dessa forma, Campos age como um formador de “crédito” quando avalia os bens literários de sua época, em posse do discurso de legisladores – as “referências” que incorpora não são apenas de obras literárias e históricas, mas também de filmes franceses que chegavam ao Brasil e abalizavam o seu julgamento. Ciente do papel desempenhado no tempo de curta duração, o articulista compreendia que, no país, a crítica ficava a dever em análises independentes, principalmente nas folhas periódicas, problema que desencadeava o que chamou de “debelação da anarquia nas letras”: “A falta de crítica nas letras, na ciência, na política, na orientação coletiva dos homens, é

que determina a anulação do sentimento da responsabilidade, origem de toda a desorganização” (CAMPOS, 1928a, p. 2).

O primeiro texto da coluna, logo, é uma clara exposição do programa de sua atividade crítica. Após descrever a influência de Anatole France para a ideia do método, Humberto de Campos passa a abordar outras figuras francesas de prestígio no universo literário, como Saint-Beuve, ao tratar do artifício crítico do passado e o do seu tempo – que não deveria expor apenas os defeitos de outrem, mas também exaltar os trabalhos de importância.

Os nove textos seguintes se ocupam em examinar os trabalhos de Coelho Neto, *Contos da vida e da morte*; de Rui Barbosa, *Coletânea literária*; de Viriato Correia, *Histórias ásperas e Novelas doidas*; de Afonso Costa, *Galicismos e não galicismos*; de Menotti del Picchia, *República dos Estados Unidos do Brasil*; de Catulo da Paixão Cearense, *Alma do sertão*; de Martins de Oliveira, *Pátria morena*; de Vargas Neto, *Gado xucro*; de Oswaldo Santiago, *Rio-rei*; e de José Américo de Almeida, *A bagaceira* – todos analisados, de uma maneira ou de outra, sob a luz dos fundamentos críticos e analíticos legados aos homens de seu tempo a partir dos ganhos e das acumulações de pensamentos sistematizados no processo de longa duração.

3. COELHO NETO COMO DISCÍPULO DE VICTOR HUGO

A lista de leituras estrangeiras do passado para julgamento de obras pátrias de seu presente começa com o texto consagrado a Coelho Neto, comparado por Humberto de Campos a Lamartine: o francês, ao escrever *Os girondinos*¹²⁰ (1847), “só aproveitou da História a tela branca, sobre a qual estampou, com todas as tintas do seu gênio poético, as mil criações de uma fantasia infatigável” (CAMPOS, 1928b, p. 2), como faria Coelho Neto, caso seu

¹²⁰ Título original: *Histoire des Girondins*.

projeto da escrita de uma história do Brasil tivesse sido realizado. E segue: “Como Alexandre Dumas, pai, ele poderia dizer, enfim, depois, que a História lhe servira, apenas, e quando muito, de simples prego de parede, para pendurar os seus quadros” (CAMPOS, 1928b, p. 2).

Essa era a razão de o crítico interpretar que Coelho Neto não tinha a alma de um historiador, mas a de um romancista; não produzira a escrita de uma História do Brasil, e sim um romance do Brasil, porque discípulo de Victor Hugo, que diferente de Honoré de Balzac e Émile Zola não fixava o que via, mas o que imaginava. Logo, em mais uma comparação direta a um dos mais importantes nomes do romantismo francês, Humberto de Campos compara Coelho Neto a Victor Hugo: “É um poeta que escreve romances, como Hugo os escreveu: escreve-os como quem vê a vida por um vidro de aumento, e colorido, exagerando nela o monstruoso e o belo, a maldade e a bondade, o sublime e o ridículo” (CAMPOS, 1928b, p. 2).

Aos nomes franceses já citados, é acrescentado o de François-René de Chateaubriand, bem como aquele do escritor de língua inglesa, William Shakespeare, para referenciar Coelho Neto como uma das fortes influências ao espírito poético do Brasil – contraposição aos nomes portugueses de Camilo Castelo Branco e Teófilo Braga, e do brasileiro Rui Barbosa, cujos repertórios linguísticos, diante dos esforços do autor de *Contos da vida e da morte* (1928), eram menores, afinal, “ele tem de dar a cada uma das suas telas não só as cores, mas o desenho, o tema, o assunto” (CAMPOS, 1928b, p. 2).

O repertório de leituras francesas do colunista admitia ainda historiadores cujos argumentos serviam aos julgamentos que inferiu a respeito de seus contemporâneos. Um exemplo está na figura de Gaston Boissier, em referência ao estudo sobre Cirta, na África Romana, em que o excesso de estátuas em vias e praças públicas – no caso, aqui, como metáfora para as ornamentações –, tal qual a demasia de adjetivações na obra do indicado

romancista, constituíam um defeito: “Originais, suntuosas, magníficas, elas são tão numerosas que nos impedem de deter-nos diante de cada uma. Dez páginas suas, dissolvidas, dariam para um livro, e esse livro para dar nome a um autor” (CAMPOS, 1928b, p. 2).

Esse tipo de relação observada na narrativa historiográfica de Boissier é um exemplo da tradução de leituras e de ideias vindas de fora, aplicadas pelo crítico ao universo brasileiro, fato que, hoje, também levado ao sentido *in nuce* da expressão, entra na conta dos debates que observam que “as traduções começam a ser pensadas em seu papel de formação de leitores e de gostos, fatores essenciais até mesmo na formulação nativa de literatura” (FISCHER, s/d, p. 28), problema que se acentua quando se observa ser o Brasil “um país multilíngue, contando com centenas de línguas nativas e de outras línguas de imigrantes, cada qual com alguma força expressiva concreta” (FISCHER, s/d, p. 28, nota de rodapé). É importante reforçar o que se tem admitido aqui como tradução: não somente a passagem de um idioma para outro, como também as ideias de que determinados autores se valeram ao ler em idioma estrangeiro e, em citação direta ou indireta, ao incorporarem essas matérias intelectuais em seus discursos críticos.

4. RUI BARBOSA E CÍCERO: DOIS DESTINOS SEMELHANTES

Um segundo historiador entraria no repertório de leituras do colunista – René Pichon, autor de *Histoire de la littérature latine* (1897) –, quando versando sobre Rui Barbosa legou um trecho da biografia do político grego, Cícero, a fim de criar um intertexto com o próprio *modus operandi* do estadista e literato brasileiro. A citação em francês é ilustrada pelo crítico que afirma desconhecer dois destinos que mais se assemelhassem entre os homens de letras. O mesmo ocorreria em citação ao filólogo francês Arsène Darmesteter, quando – utilizando o argumento de que um povo podia mudar o léxico e a

sintaxe, mas se mantivesse as formas gramaticais a língua não seria alterada –, alude aos trabalhos do professor e confrade Afonso Costa, que versam sobre galicismos na língua e suas conseqüentes incorporações no vernáculo português, que Humberto de Campos admite como enriquecimento da língua literária. O crítico arrolaria outros “legisladores” para os seus pensamentos, também do campo da história e da filologia francesas, todavia de maneira indireta, omitindo os nomes, senão citações diretas em francês atribuídas a “um historiador moderno”, a “um didata, professor de escritores” etc., cujas buscas renderiam um estudo à parte.

Sendo Paris o centro da República Mundial das Letras no universo literário em que estava inserido Humberto de Campos, logo se percebe que o francês era a língua mais literária dentre as demais. Por essa razão, modelar, posto representar “uma longa tradição que refina, modifica, amplia a cada geração a gama de possibilidades formais e estéticas” (CASANOVA, 2002, p. 33). Daí, mais uma vez, a confirmação do tempo de longa duração para refinamento do tempo de curta duração, refletido pela quantidade de autores e obras que o seu método e a sua crítica importaram para o Brasil, estabelecendo “a evidência do caráter eminentemente literário do que é escrito nessa língua, tornando-se por si só um ‘certificado’ literário” (CASANOVA, 2002, p. 33).

Dos romancistas brasileiros que merecem a atenção de Humberto de Campos são elencados os nomes de Aluísio Azevedo, como um “miniaturista das covardias humanas”, e Machado de Assis, por ter deixado uma “obra cerebral que assombrará a posteridade” (CAMPOS, 1928b, p. 2). Era essa uma contraposição ao autor analisado, Coelho Neto, que, a seu ver, por conta dos defeitos citados, não figuraria nas letras brasileiras do futuro como um perfeito romancista, poeta que era.

Ao expressar reserva à palavra “gênio” aplicada ao autor objeto do ensaio, Humberto de Campos cita o nome de Georges-Louis Leclerc, conde de

Buffon, materialista do século XVIII, escolhido entre as personalidades francesas levantadas para a legitimação do discurso sobre Rui Barbosa. Entendendo a definição do francês como liberal, que poria, com algum exagero, o homenageado à altura de Homero, Ésquilo, Dante, Shakespeare e outros de mesma qualidade, o crítico desmonta o lugar-comum que prevalecia nas letras brasileiras: “O gênio é um incêndio, e pode durar um dia. E Rui Barbosa foi apenas um archote que ardeu sessenta anos” (CAMPOS, 1928c, p. 2).

Dos nomes evocados em língua portuguesa em favor da mesma relação que regia Rui Barbosa, o crítico, ao abordar a motivação política desse estadista, em mais uma tomada de consciência sobre o seu tempo a partir do repertório construído pelas reflexões no decorrer do tempo de longa duração, elenca o nome de Antonio Vieira e seus sermões, cujas “pregações e a sua correspondência são veículo, sempre, de sentimento patriótico e humano: a catequese dos selvícolas, a organização da colônia, a moralização dos administradores, o prestígio do príncipe, a defesa do erário” (CAMPOS, 1928c, p. 2). Dos gregos, mais uma vez, menciona Cícero, a fim de ilustrar que pouco do político nos chegou à posteridade, senão o Cícero artista, a questionar se não seria esse o destino do autor examinado, isso porque, não diferindo daquele homem de letras, “interessava-se Rui Barbosa muito mais pela sorte de um belo vocábulo, pelo ritmo de uma frase, pela majestade de um período, do que pelas especulações do capital, pelos sofrimentos da classe operária, pelas questões mais graves, em suma, que se agitaram no seu tempo”, afinal, “o que havia nele era, pois, o sentido literário, a paixão literária, a preocupação literária” (CAMPOS, 1928c, p. 2). Perfil que permite a Humberto de Campos concluir:

O que havia, assim, em Rui Barbosa, era o prosador opulento, magnificente, magistral. O político, o orador, o evangelizador cívico, o advogado notável, eram apenas ramos floridos, de que o escritor era o tronco. É como escritor, desdobrado em político e em jurista, e não como jurista ou político desdobrado em escritor, que ele figurará na História. (CAMPOS, 1928c, p. 2)

Essa tradução de ideias do passado para julgamento de um tempo presente, em muito se aproxima de uma prática erudita, que levava o articulista a referenciar não apenas citações e autores franceses, como também trechos e expressões latinas de nomes como os dos poetas Marco Valerio Marcial e Juvenal, do orador Marcus Tullius Cícero e dos historiadores e filósofos Caio Sallustius Crispus, Lucius Apuleio e Macrobius Ambrosius Theodosius, além de trechos bíblicos, dos quais o do livro de Malaquias, em latim. Essa erudição permite compreender o crítico, ainda, como uma espécie de “agente de câmbio”, no universo das letras brasileiras, encarregado “de exportar de um espaço a outro textos dos quais fixam, por aí mesmo, o valor literário” (CASANOVA, 2002, p. 37).

5. A LITERATURA DE VIRIATO CORREIA

Mais do que um exportador de textos traduzidos em paráfrases na coluna, Humberto de Campos traduzia as ideias em aplicação aos objetos analisados, dando os devidos créditos aos “legisladores”; é por essa razão que Casanova entende que “o crítico, assim como o tradutor, contribui [...] para o crescimento do patrimônio literário da nação que consagra. O reconhecimento crítico e a tradução são, desse modo, armas na luta para e pelo capital literário” (CASANOVA, 2002, p. 39-40). A crítica lançada não por acaso agia no mercado dos bens literários como agente de cotação dos objetos simbólicos. Ao tratar dos contos de Viriato Correia, no quarto texto da coluna, o autor elenca como “unidades de medida” os nomes de Guy de Maupassant e, no campo da narrativa hoje considerada infantil, o do também francês Charles Perrault, ambos para contrapor o projeto de escrita do contista maranhense analisado, aproximando-o, no Brasil, do escritor Paulo Barreto (João do Rio). Em fina ironia e desmonte

da produção alheia, destaca que, tendo se afeiçoado ao conto infantil, Viriato não conseguira dele se desfazer, mesmo na propositura de textos a adultos:

Tendo adquirido, talvez com esforço, o segredo da narração infantil, tão profundamente se ajustou a essa maneira que a transplantou, insensivelmente, para os seus grandes contos destinados a adultos, alguns dos quais verdadeiramente modelares pela concepção. (CAMPOS, 1928d, p. 2)

O colunista então compara os trabalhos desse escritor aos de Artur Azevedo, no que se refere “[à] despreocupação da forma, [à] naturalidade da fabulação, [ao] descaso pela elevação do assunto, e [ao] mesmo processo de ser chão e popular” (CAMPOS, 1928d, p. 2). Artur Azevedo, porém, tinha o alibi de ser “um escritor alegre, um amável divulgador de anedotas, e a anedota, para não perder o seu sabor, deve ser exposta em forma de palestra comum, como o fruto na folha” (CAMPOS, 1928d, p. 2), o que não ocorria a Viriato Correia, cuja matéria admitia assunto sério e não aceitava em seu método o que alertara Gustave Flaubert em carta a Feydeau: “Nunca se devem escrever frases feitas”¹²¹, como destaca Humberto de Campos ao elencar o nome do romancista francês como uma das vozes de prestígio para afirmação da ideia, daí o conselho extraído do autor francês: “os livros, especialmente os de contos, deviam permanecer em repouso durante algum tempo, a fim de serem polidos e repolidos” (CAMPOS, 1928d, p. 2).

6. AFONSO COSTA E MENOTTI DEL PICCHIA

Referências a nomes latinos são encontradas com mais atenção no texto dedicado aos estudos sobre Afonso Costa¹²². Grande parte desses nomes foi citada anteriormente, mas merece destaque aqui a figura de Aulus Gellius,

¹²¹ “Il ne faut jamais écrire des phrases toutes faites”.

¹²² Afonso Costa trabalhou como professor de língua portuguesa no Ginásio Pernambucano, no Recife.

gramático romano, a fim de historiar a incorporação de certos termos ao vernáculo das línguas latinas, dentre os quais o verbo “errare”, que o estudioso romano atribuíra como de herança grega. Ao desviar o foco do pensamento francês para o latino, Humberto de Campos modifica o centro de gravidade da República Mundial das Letras para Roma, pelo menos a respeito deste assunto, talvez porque lá encontrasse as vozes mais gabaritadas para a discussão. Nesse gesto, porém, não omite a hegemonia da França para o pensamento mundial. Dando conta da lógica francesa, em última palavra, conclui o texto com citação direta do filólogo Arsène Darmesteter, que interpreta a língua como um ser vivo passível de duas forças, a que inova e a que preserva, logo, “o curso da linguagem é gradualmente dar lugar ao primeiro por ser contido pelo segundo”¹²³ (DARMESTER apud CAMPOS, 1928e, p. 2), ideia esta que, embora não declarada, fora retirada do livro póstumo desse filólogo – *Cours de grammaire historique de la langue française* (1891-1895).

Menotti del Picchia é o sexto autor analisado. O repertório de leituras continua a avançar sobre nomes como Sully Prudhomme, poeta e ensaísta francês que, em 1906, prefaciou o livro *Anthologie des poètes français contemporains* (dividido em 3 tomos), de autoria de Gérard Walch – sem tradução no Brasil, ao que tudo indica, até hoje. É dessa obra que o crítico retira lições para analisar os trabalhos do autor de *A República dos Estados Unidos do Brasil* (1928). Segundo Humberto de Campos, o que fora observado pelo ensaísta francês no final do século XIX e início do XX podia ser visto, ainda em 1928, no Brasil, pois que não haveria mudança e nenhuma influência das descobertas científicas sobre a inspiração dos poetas modernos, isso porque:

Os poetas conscientes da sua arte, da sua missão na terra e do seu lugar no conjunto harmonioso da natureza, têm vivido a tatear um novo caminho, como cegos, que procurassem a porta salvadora

¹²³ “[...] la marche du langage consiste à céder graduellement à la première en se laissant contenir par la seconde”.

diante da continuidade triste de um pano de muro. (CAMPOS, 1928f, p. 2)

Esse tipo de comparação, que quebra as barreiras geográficas e culturais, está diretamente ligada à constituição de instituições de crédito que os autores franceses, em especial ligados à sua capital, Paris, representavam. Paris seria “um lugar para onde convergem ao mesmo tempo a maior crença e o maior prestígio literários” (CASANOVA, 2002, p. 40).

Dos brasileiros a ladear análise com Menotti del Picchia, considerado por Humberto de Campos um dos melhores poetas brasileiros desde livros como *Moisés e Juca Mulato*, o crítico escala outro nome modernista, o do poeta Ronald de Carvalho, que, obediente à lógica de Prudhomme, era “um sedento, que ouvia o barulho da água, mas não sabia, pelo entrechoque dos ventos, o lado em que se achava o regato” (CAMPOS, 1928f, p. 2). Mais ainda, o ensaio, para além de discutir a poesia em sua significação e manifestação, é tecido por uma série de intertextos que ajudam a lançar luz sobre a produção do poeta paulista.

Eis aqui uma das fórmulas de rebuscamento e crivo que o crítico encontrara para se apoderar da tutela de autores consagrados e, assim, legitimar o seu discurso, construído com o auxílio de nomes como Victor Hugo, Aristóteles e Pierron¹²⁴ – este último menos conhecido entre os brasileiros de sua época, não leitores de francês.

A citação francesa atribuída a Pierron, reproduzida pelo articulista, por exemplo, demonstra a sua inscrição à conservação da práxis tradicional, ao versar sobre a música e o canto como contemporâneos do mesmo discurso: “O verso apareceu, assim, com a palavra, que é, por sua vez, filha do sentimento e da inteligência. A arte, vindo depois, definiu-o, poliu-o, ornou-o, apondo-lhe,

¹²⁴ Provável referência ao helenista Alexis Pierron, autor de dois importantes estudos: *Histoire de la littérature grecque* (1850) e *Histoire de la littérature romaine* (1852).

muito mais tarde, depois de latinos e gregos, o branco sonoro da rima”. Daí certa resistência que Humberto de Campos demonstrava contra os poetas modernistas: “As tradições que têm as raízes na própria história humana, e atravessaram as camadas dos séculos bebendo a seiva em cada uma, não podem ser revogadas por uma geração” (CAMPOS, 1928f, p. 2) formada, no Brasil, em sua concepção, por Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia, apesar das mudanças estéticas no país datarem do século XIX com o poeta Souzaândrade.

7. A POESIA POPULAR DE CATULO DA PAIXÃO CEARENSE

Na crítica que o colunista dedica a Catulo da Paixão Cearense, a fórmula empregada para iniciar o ensaio anterior é mantida: no lugar de despontar o argumento com um escritor francês, principia com um brasileiro e, neste caso em específico, Euclides da Cunha, para, adiante, citar o poeta piauiense Hermínio Castelo Branco e sua *Lira sertaneja*. Considerando Catulo da Paixão Cearense o maior poeta popular do Brasil, o crítico chega a afirmar que “Poucos espíritos, entre nós, foram dotados de imaginação tão vigorosa e nenhum, até hoje, de inspiração tão ingênua, tão fresca, tão natural” (CAMPOS, 1928g, p. 2), assemelhando-o, pelo seu canto bárbaro e “inspiração pura”, a um pequeno Homero.

A análise enxerga um aspecto negativo: a tentativa do poeta em criar um dialeto sertanejo “enxertando nos seus poemas vocábulos que provêm das necessidades da rima e que assentam, de ordinário, na etimologia do seu capricho” (CAMPOS, 1928g, p. 2). Montesquieu é elencado para, por meio do romance epistolográfico *Lettres persanes* (1711), ilustrar que sua personagem Ricca, enquanto trajava vestes orientais, fora visto com admiração em Paris; despidas as vestes, igualmente se desfizera a consideração pública. Essa anedota serve de exemplo ao que acontecia, também, à literatura: “Cada um tem

o seu traje persa, para chamar a atenção dos transeuntes da vida” (CAMPOS, 1928g, p. 2), daí a investidura propositiva de quem produz, a fim de provocar os espectadores; o de Catulo da Paixão Cearense seria a poesia popular. Nessa lógica, recorda o escritor francês Frédéric Mistral que, com *Mireio* (1859), “fez uma obra de arte com os elementos fornecidos pelo povo, mas fê-lo como artista, cristalizando-os com a sua cultura” (CAMPOS, 1928g, p. 2).

8. MARTINS DE OLIVEIRA E O PROBLEMA DA POESIA MODERNA

Ferdinand Brunetière era também um dos nomes que compunham a seleta de leituras de Humberto de Campos até aquela data de 1928. No ensaio dedicado a Martins de Oliveira sobre o livro de versos *Pátria morena*, o maranhense toma emprestada uma entrevista feita com o autor francês sobre o fazer poético para introduzir o seu discurso. Para Brunetière, contestado por Humberto de Campos, “onde há ritmo e rima, há versos”¹²⁵ (apud CAMPOS, 1928h, p. 2), ou seja, o verso branco, por não possuir rima, não teria ritmo. É a primeira vez que o crítico, tomando o discurso alheio construído no tempo de longa duração o faz não para legitimar a crítica, mas para contestá-lo: “Antes da instituição da rima, já existia o verso; a não ser que se considere prosa o verso heroico em que Homero escreveu as suas epopeias” (CAMPOS, 1928h, p. 2).

Tal discussão não nasce de um pensamento autônomo ao que vinha de suas leituras, mas, ainda outra vez, sob a tutela de autores franceses que contrariavam a ideia ranzinza de Brunetière, quais sejam: Charles Morice e Paul Verlaine. Humberto de Campos levanta esses questionamentos a fim de entender a emergente geração de poetas de sua época (os modernistas), cada vez mais desvincilhada da escansão, embora não se omitisse a explorar o ritmo. Eram poetas, sim, mas de versos? Seria possível criar um verso desligado de musicalidade? Para o colunista, “se torna incongruente, absurdo, extravagante,

¹²⁵ “[...] où il y a rythme et rime, il y a vers”.

é dar a denominação de ‘verso’ à forma em que eles [os poetas brasileiros dos anos de 1920] vazam a sua emoção” (CAMPOS, 1928h, p. 2).

Trata-se de um problema, pois, com a denominação “verso”; este, para existir, necessita de um metro que justifique a sua descontinuidade no papel, muito embora isso não extirpe certo ritmo e, até, musicalidade. Ao invés de verso, acreditava o colunista, tinha-se a prosa, por isso concordava com o confrade Medeiros e Albuquerque que, no início do século XX, vivia a reclamar da morte do verso: “O que ficou, e é visto aí em livros e publicações periódicas, é prosa, às vezes ritmada, às vezes sem ritmo e com poesia, e não raro, sem poesia e sem ritmo” (CAMPOS, 1928h, p. 2).

A razão que explica esse posicionamento reside no olhar que o crítico lançava à sua contemporaneidade a partir dos julgamentos cristalizados no processo do tempo de longa duração. Por isso percebe no ano de 1928 a falta de apuro quanto às formas utilizadas, ou seja, uma imaturidade poética que limitaria os impulsos da emoção: “não vejo nas formas literárias até agora experimentadas no país uma que corresponda às exigências da emoção individual” (CAMPOS, 1928h, p. 2). A mesma percepção teve Candido, quando em “Literatura e subdesenvolvimento”, ao aplicar essa imaturidade à relação de dependência cultural do Brasil para com os países da Europa, declarou: “Encaremos portanto serenamente o nosso vínculo placentário com as literaturas europeias, pois ele não é uma opção, mas um fato quase natural. *Jamais criamos quadros originais de expressão nem técnicas expressivas básicas*” (CANDIDO, 1987, p. 151, grifo nosso), não escapando desse julgamento o regionalismo, que, “ao parecer afirmação da identidade nacional, pode ser na verdade um modo insuspeitado de oferecer à sensibilidade europeia o exotismo que ela desejava, como desfastio” (CANDIDO, 1987, p. 157).

A introdução que põe na berlinda o fazer poético em verso ou em prosa tinha como foco a crítica ao trabalho de Martins de Oliveira, considerando-o não

uma obra em versos, mas em “boa prosa ritmada, e animada de poesia vigorosa” (CAMPOS, 1928h, p. 2). Poesia, portanto, não teria forma ou corpo, seria algo abstrato que pode ser traduzida nas molduras do verso ou da prosa, assim como, por que não, nas da pintura e da música.

Humberto de Campos contrapõe o termo “inovação” a que se tinha aplicado aos jovens poetas brasileiros, ao demonstrar que tais modificações estéticas já vinham sendo praticadas no final do século XIX na França, como de fato se depreende dos trabalhos modernos de Charles Baudelaire, também demonstrado com muita lucidez no livro *Modernismo* (2009), de Peter Gay, para aqui ilustrar a lógica e o raciocínio do colunista. Na França, relembra o crítico, tais mudanças encontraram represália no prefácio que Louis Bertrand fizera para o livro *Les Chants séculaires* (1903), de Joachim Gaschet. O autor retoma a pergunta retórica: “Que é o verso livre?”, e a partir dela responde com base nos autores que lhe chegavam da França: “É a prosa ritmada de Paul Fort; é a fórmula proclamada pelos rebelados de 1904, e seguida por Fernand Grech, Charles Guérin, Francis James, Vielé-Griffin e Paul Claudel” (CAMPOS, 1928h, p. 2). Todos genuínos poetas franceses: Paul Fort, associado ao movimento simbolista; Fernand Grech, autor de *Choix de Poésies* (1927); Charles Guérin, autor de *Fleurs de neige* (1893); Francis James, poeta e prosador de vastos títulos; Vielé-Griffin, também ligado ao movimento simbolista, autor de *Les Cygnes* (1887); e Paul Claudel, poeta e dramaturgo rimbaudiano, autor de *Cinq grandes odes* (1907).

O texto segue citando outros nomes que, inspirados pelas conquistas materiais do homem, fizeram delas as suas centelhas de produção e geraram obras para a posteridade, não apenas em suas mudanças estéticas como também na reformulação de seus argumentos, seguidos, pouco a pouco, pelos brasileiros. Assim, Humberto de Campos lembra nomes como Kipling, Verhaeren e a própria filosofia de Nietzsche, protótipo da glorificação da força humana.

Émile Verhaeren, por exemplo, apesar de belga, produziu em língua francesa, e suas ideias chegaram a Humberto de Campos por essa via; logo, foi mais um dos “legitimadores” de seu discurso que, versando sobre as conquistas do homem, no campo da materialidade, colhe de três obras do poeta o embasamento do momento literário que atravessava o mundo: *Les Campagnes hallucinées* (1893), *Les Villes tentaculaires* (1895) e *Les Forces tumultueuses* (1902). As três parecem evocar a mesma lógica de uma declaração que esse autor legou em 1904, em discurso que Humberto de Campos reproduz: “O homem é um fragmento da arquitetura mundial. Ele tem a consciência e a inteligência do tudo do qual faz parte. Ele descobre coisas, ele limita o mistério, ele penetra no mecanismo”¹²⁶ (VERHAEREN apud CAMPOS, 1928h, p. 2).

Émile Verhaeren, na visão de Humberto de Campos, é o iniciador da alma moderna entre os artistas, o espírito futurista que levou a arte brasileira aos novos ares:

Essa poesia, que no Brasil se tem denominado “nova”, e em que trepidam os aeroplanos, buzina os automóveis, fumegam os navios, resfolegam as locomotivas, estrondam os fornos, rangem os guindastes e trovejam as oficinas titânicas, é, pois, Emile Verhaeren, na mais alta expressão da sua grande arte. (CAMPOS, 1928h, p. 2)

A partir disso, o crítico entende a produção poética brasileira dos anos de 1920 como fruto de um contexto de modernidade que impunha aos artistas certas reestruturações. Inclui a arte de Martins de Oliveira na mesma “escola” de Ronald de Carvalho “que, não sendo nova, é, todavia, na anarquia em que se debate a poesia brasileira, a mais aceitável” (CAMPOS, 1928h, p. 2).

¹²⁶ Do original: “L’homme est un fragment de l’architecture mondiale. Il a la conscience et l’intelligence de l’ensemble dont il fait partie. Il découvre les choses, il en limite le mystère, il en pénètre le mécanisme”.

9. A LÓGICA DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO, SEGUNDO HUMBERTO DE CAMPOS

O nono texto é dedicado aos trabalhos de dois poetas, um gaúcho e outro amazonense: Vargas Neto e Oswaldo Santiago, respectivamente; ambos de veia regionalista. Dos textos assinados na coluna, é o único, pela temática localista, em que Humberto de Campos não utiliza citações ou autores franceses ou de quaisquer outras nacionalidades para validar as suas reflexões; por essa razão, não merece aqui ser examinado.

A coluna “Vida literária”, ao apreciar as produções dos anos de 1920, principiou por traçar algum diagnóstico do universo literário brasileiro, especialmente no que se refere à lógica de mercado com a importação de bens simbólicos na primeira metade do século XX. Segundo o autor, e esse raciocínio é encontrado no décimo e último texto do recorte deste estudo, a chegada de títulos franceses, pelo menos no Rio de Janeiro, vinha ao encontro do gosto dos leitores brasileiros pela cultura do romance, afinal, parte dos escritores no país era formada por poetas e cronistas e não correspondia a essa demanda:

Uma das causas da monotonia que caracteriza a vida literária no Brasil é a divergência entre o prazer do autor e a predileção do público, ou, mais claramente, entre o produtor e o consumidor. Há brasileiros que gostam de ler e brasileiros que gostam de escrever: os que escrevem, produzem, porém, de preferência, verso, ou crônicas, e os que leem, preferem, para isso, o romance. Daí, o comércio considerável de livros franceses no país, e a queixa constante dos poetas e cronistas indígenas, que se não conformam com o mau destino das suas edições. (CAMPOS, 1928i, p. 2)

Esse raciocínio também formulara Roberto Schwarz, que em “A importação do romance e suas contradições em Alencar”, de *Ao vencedor as batatas*, observa: “O romance existiu no Brasil, antes de haver romancistas brasileiros. Quando apareceram, foi natural que estes seguissem os modelos,

bons e ruins, que a Europa já havia estabelecido em nossos hábitos de leitura” (1977, p. 29).

Se a razão que levou à importação dos romances franceses se deveu a essa lógica de mercado, não fica difícil aplicar a mesma ordem a obras de outras áreas como a filosofia e a história, em que o número de produtores brasileiros era ainda menor. Livros nacionais, portanto, eram menos lidos do que os franceses, e porque os autores no Brasil “não são lidos, concluem, disso, que o povo não lê” (CAMPOS, 1928i, p. 2). Humberto de Campos, então, atribui esse problema ao próprio escritor brasileiro:

Os autores nacionais não concordam com essa preferência: em vez de escrever o que o público reclama, querem que este se acostume a preferir o que eles produzem. E continuam a fabricar sonetos, crônicas, contos miúdos, trabalhos precários e rápidos que não exigem grande esforço. (CAMPOS, 1928i, p. 2)

Essa lógica leva a concluir que aos escritores brasileiros restava a audiência que os periódicos reservavam, e alguns, dentre eles Humberto de Campos, com forte tutela dos nomes de filósofos, historiadores, críticos, poetas e romancistas franceses. Aliás, a importação não apenas de ideias vindas de fora e traduzidas pelos homens de letras no país, como também o público-leitor desse tipo de obra em língua estrangeira faz com que os países da América Latina, na concepção de Antônio Candido, apresentem um traço original, “pois ela é o único conjunto de países subdesenvolvidos que falam idiomas europeus” (CANDIDO, 1987, p. 144). No caso do Brasil, o português que, na época, tinha o idioma francês, principalmente entre a classe letrada e a intelectual, como segunda língua no mercado dos bens simbólicos.

Ao criticar a ausência de romancistas no Brasil, o autor exalta o surgimento do livro *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida que, diferente dos produtores que já tinham surgido na época – fora os poetas de

temática regionalista –, parecia não ter assimilado com tanto rigor a moda europeia a ponto de se dissociar de sua terra. Aliás, é essa uma perspectiva que fez Humberto de Campos analisar, com algum entusiasmo, os autores tipicamente regionalistas, tanto em verso quanto em prosa.

O “legislador” escalado da França desta vez é o ensaísta e romancista René Boysleve¹²⁷, autor de *Le Parfum des Îles Borromées* (1898), quando este destacou a diferença entre os romances significativos, que repercutem nas gerações, e os de validade curta, que servem apenas para distrações em um tempo. Ideia assim traduzida:

Há romance, e o romance. Um, busca unicamente divertir, distrair, prender a atenção do leitor burguês, sem preocupar-se com a vida e com a verdade. Outro, porém, visa transformar-se em obra de arte, pelo escrúpulo da análise, pelo cuidado no estilo, pela firmeza na observação. (CAMPOS, 1928i, p. 2)

Nesse sentido, o crítico elenca José Américo de Almeida entre os autores que não produziu um livro qualquer, apenas para o momento, mas uma obra de arte: “é um romancista de elite, um escritor com preocupações de beleza”, isso porque, “o seu romance não é o de um narrador banal, animado apenas por um enredo engenhoso, mas o trabalho de um escritor vigoroso e elegante, cuja imaginação sabe ornar, no momento preciso, com um punhado de flores silvestres, a aridez da realidade”; há, nele, “qualidades de colorista como não as tem, hoje, nenhum outro escritor da geração” (CAMPOS, 1928i, p. 2).

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de tradução, direta (de uma língua a outra) e indireta (transplantação de ideias de um dado contexto a outro), dos homens de letras

¹²⁷ Pseudônimo do escritor René Tardiveau (1867-1926).

do Brasil aos bens literários que vinham de fora, com destaque aos de língua francesa e inglesa, não é fruto apenas do tempo de Humberto de Campos. Se observado o século XIX, período em que “a vida literária do país estava [...] já alinhada com o que se fazia em Paris” (FISCHER, s/d, p. 13), observar-se-á a importância das leituras de fora para a formação da própria literatura brasileira, além de o fato de autores no Brasil terem enveredado no exercício da tradução *ipsis litteris* de obras de outras plagas para o vernáculo.

No primeiro caso, são evidentes os casos de Gonçalves Dias e de José de Alencar, leitores de James Fenimore Cooper; e no segundo, Machado de Assis, que revelou aos brasileiros obras como *Os trabalhadores do mar* (1866), de Victor Hugo, *Oliver Twist* (1870), de Charles Dickens, e a poesia “O corvo”, de Edgar Allan Poe. A esse respeito, é ainda Fischer quem discute: “seria o caso de uma história da literatura renovadora acolher algo sobre o valor e a função das traduções que circularam no país, ao longo do tempo, seu papel inseminador do pensamento e da criação, e assim por diante” (FISCHER, s/d, p. 61).

Em Humberto de Campos, como se observou, foram as ideias cristalizadas pelo processo do tempo de longa duração de autores, de filólogos e de historiadores, especialmente franceses, que formaram a base de seu julgamento e leitura acerca das letras brasileiras, bem como incidiram na produção de crônicas e no despertar de outros autores, por que não, à matéria então discutida na coluna. Tais leituras, respondendo à dada lógica, além de representarem o esforço de uma interpretação concernente ao tempo de curta duração, podem ainda ser admitidas a partir da visão metafórica cognitiva que Moretti colhe dos historiadores: a imagem das “árvores”, porque “descreve a passagem da unidade à diversidade” (2001, p. 180). No caso da tradução, os efeitos de suas leituras são vistos nas duas hipóteses aqui exploradas: a primeira, como base para processos de criação posteriores; a segunda, como elemento legitimador de um discurso crítico, quando da citação direta ou indireta de autores estrangeiros por autores nacionais.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 183-202.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. da (Orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosacnaify, 2011, p. 86-121.
- CAMPOS, Humberto de. Vida literária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1928a, p. 2.
- CAMPOS, Humberto de. Coelho Neto: Contos da vida e da morte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 set. 1928b, p. 2.
- CAMPOS, Humberto de. Rui Barbosa: Coletânea literária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 set. 1928c, p. 2.
- CAMPOS, Humberto de. Viriato Correia: Histórias ásperas; Novelas doidas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 set. 1928d, p. 2.
- CAMPOS, Humberto de. Afonso Costa: galicismos e não galicismos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 set. 1928e, p. 2.
- CAMPOS, Humberto de. Menotti del Picchia: República dos Estados Unidos do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 out. 1928f, p. 2.
- CAMPOS, Humberto de. Catulo Cearense: Alma do sertão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 out. 1928g, p. 2.
- CAMPOS, Humberto de. Martins de Oliveira: Pátria morena. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 out. 1928h, p. 2.
- CAMPOS, Humberto de. José Américo de Almeida: A bagaceira. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 out. 1928i, p. 2.
- CAMPOS, Humberto de. *Diário secreto*. Rio de Janeiro: *O Cruzeiro*, v. 1, 1954.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987, p. 140-162.
- CASANOVA, Pasquale. *A república mundial das letras*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002 [1999].
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Teoría de los polisistemas. Tradução do inglês: Ricardo Bermudez Otero. *Poetics today*, v. 11-1, p. 9-26, 1990 [1979].
- FISCHER, Luís Augusto. *Das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio: um modelo para uma nova história da literatura brasileira*. Paris: Sorbonne Nouvelle-Paris 3, s/d (texto inédito).

GAY, Peter. *Modernismo: o fascínio da heresia: de Baudelaire a Beckett e mais um pouco*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORETTI, Franco. Conjecturas sobre a literatura mundial. Tradução do inglês José Marcos Macedo. In: SADER, Emir (Org.). *Contra corrente: o melhor da New Left Review em 2000*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 173-181.

MUKAROVSKY, Jan. Obrigações da ciência literária em relação à literatura mundial contemporânea. In: TOLEDO, Dionísio (Org.). *Círculo linguístico de Praga: Estruturalismo e semiologia*. Tradução de Zênia de Faria *et al.* Porto Alegre: Editora Globo, 1978, p. 310-314.

SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

Recebido em 02/12/2018.

Aceito em 05/05/2019.